

900

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

FGV
E OUTRAS BANCAS



SÓ 
QUESTÕES

ENAC

3º EXAME NACIONAL DOS CARTÓRIOS

- ▶ Direito Notarial e Registral
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Direito Tributário
- ▶ Direito Civil
- ▶ Direito Processual Civil
- ▶ Direito Penal
- ▶ Direito Processual Penal
- ▶ Direito Empresarial
- ▶ Conhecimentos Gerais



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





ENAC

3º EXAME NACIONAL DOS CARTÓRIOS

**GABARITANDO
900 Questões Gabaritadas**

EDITAL DE ABERTURA Nº 1/2026

CÓD: OP-062MR-26
7908403590421

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Direito Notarial e Registral.....	5
2. Direito Constitucional	37
3. Direito Administrativo.....	65
4. Direito Tributário.....	95
5. Direito Civil.....	121
6. Direito Processual Civil.....	153
7. Direito Penal	191
8. Direito Processual Penal	223
9. Direito Empresarial	257
10. Conhecimentos Gerais	293

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

1. (FGV - 2025)

João passeava com seu filho Pedrinho em um *shopping*, quando a criança, desavisadamente, sentou-se para descansar em uma mesa reservada à família de Gerônimo que ali jantaria. Quando Gerônimo viu a cena, fez um escândalo, inclusive xingando João de omisso e de péssimo pai. A cena foi gravada por um terceiro que a divulgou na internet.

O vídeo se tornou viral, mas a maioria dos que o acessavam davam razão a João que, por isso mesmo, passou a participar de programas de televisão e a ser chamado para alguns trabalhos publicitários. Mesmo assim, João acionou Gerônimo requerendo indenização por danos morais.

Nesse caso, os pedidos devem ser julgados

(A) procedentes, diante da violação aos direitos da personalidade.

(B) improcedentes, diante da ausência de danos efetivos, considerando que a exposição acabou sendo benéfica, inclusive financeiramente.

(C) improcedentes, por ausência de ato ilícito no exercício regular da liberdade de expressão.

(D) improcedentes, por ausência de nexo causal imputável ao réu, uma vez que a divulgação do vídeo foi obra de terceiro.

(E) improcedentes, porque o réu agiu em legítima defesa.

2. (FGV - 2025)

Barnabé é proprietário de um casebre de dois andares que se encontra em más condições de conservação, na Rua das Flores, e celebrou contrato de locação com Cleonice, cedendo-lhe o imóvel em troca do pagamento de um aluguel proporcional à qualidade do casebre.

Entretanto, não é a locatária que ocupa o imóvel, mas sua filha Diná, que nele reside desde o início da vigência do contrato.

Cleonice, a pedido de Diná, vinha alertando Barnabé sobre a reforma da fachada, que se encontrava em manifesta necessidade de conservação,

sem retorno do proprietário. Na última sexta-feira, um pedaço da fachada se desprendeu, em virtude da falta de conservação, e atingiu um transeunte.

Assinale a opção que indica de quem é a responsabilidade pelos danos causados ao transeunte.

(A) Objetiva e somente de Barnabé.

(B) Subjetiva e somente de Cleonice e Diná.

(C) Objetiva e solidária de Barnabé e Cleonice.

(D) Subjetiva de Barnabé e subsidiária de Diná.

(E) Somente de Barnabé, mas pressupõe culpa de sua parte.

3. (FGV - 2025)

Trata-se de ação indenizatória ajuizada por Jesuína em face de Roberta, visando à indenização por danos morais e materiais, por suposto estelionato sentimental praticado pela ré. Narra a autora ser viúva, aposentada e que, para complementar sua renda, ainda trabalha como professora substituta na rede estadual. Em 2016, conheceu a ré, 12 anos mais nova, e logo surgiu um relacionamento. A partir daí, seguiram-se vários pedidos de dinheiro e presentes à autora, que somaram cerca de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Nesse período, a ré alegava que passava por graves dificuldades financeiras.

Em 2019, após a autora ter-lhe negado mais um pedido de empréstimo, a ré saiu de casa e a relação entre elas passou a ser litigiosa, o que acabou motivando o ajuizamento desta demanda.

Nesse caso,

(A) o pedido de danos materiais deverá ser julgado procedente, se comprovado o dolo em obter vantagem financeira mediante envolvimento amoroso e, da mesma forma, a pretensão indenizatória por danos morais, desde que comprovada a real afetação de direitos da personalidade em decorrência do ardil perpetrado.

(B) o pedido de danos materiais deverá ser julgado procedente, se comprovado o dolo em obter vantagem financeira mediante

AMOSTRA

descabidos diante do princípio da autonomia privada consagrada pela Constituição e pelo Código Civil.

(C) os pedidos são improcedentes, na medida em que a Constituição Federal e o Código Civil consagram a autonomia privada como valor fundamental nas relações individuais, de modo que ninguém pode ser responsabilizado por romper um relacionamento ou pela ajuda que recebeu durante o namoro.

(D) o pedido de danos materiais deverá ser julgado procedente, se comprovado o dolo em obter vantagem financeira mediante envolvimento amoroso e, da mesma forma, a pretensão indenizatória por danos morais, que, na espécie, se consumam in re ipsa, consoante precedente do Superior Tribunal de Justiça.

(E) o pedido de danos morais deverá ser julgado procedente, diante do ardil sofrido em relação íntima, o que até faz presumir os danos morais, mas igual sorte não conhecerá o de danos materiais, na medida em que perfeitas e acabadas as doações, que, no máximo, poderão ser revogadas.

4. (FGV - 2025)

Túlio, ciclista amador, pedalava em via pública de zona rural aberta ao tráfego, quando foi surpreendido por um cavalo solto que cruzou a estrada inesperadamente, provocando sua queda. Túlio sofreu fraturas no braço e na clavícula, ficando afastado do trabalho por 60 dias. Após investigação, verificou-se que o cavalo pertencia a um pequeno produtor rural da região, Sr. Olavo, cujo terreno é contíguo à estrada. A cerca da propriedade apresentava trechos danificados, permitindo a fuga dos animais. O Sr. Olavo alegou em sua defesa que desconhecia o defeito na cerca e que o animal nunca havia fugido antes, acrescentando que o acidente só ocorreu porque Túlio trafegava em alta velocidade e não conseguiu frear a tempo.

Diante da situação hipotética e com base na legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

(A) A responsabilidade do dono do animal depende da prova de culpa, e, no caso, a ausência de dolo ou negligência por parte do Sr. Olavo rompe o nexo de causalidade e afasta o dever de indenizar.

(B) A responsabilidade objetiva do Sr. Olavo está afastada porque o animal agiu por impulso instintivo e o acidente se deu em via pública, rompendo o nexo causal entre sua conduta e o dano sofrido.

(C) A responsabilidade do Sr. Olavo decorre do risco inerente à guarda do animal, e ele somente será exonerado do dever de indenizar se provar que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima ou por força maior.

(D) A conduta do ciclista em trafegar em alta velocidade configura culpa concorrente, o que, de acordo com a legislação civil, elimina o dever de indenizar por ausência de nexo de causalidade.

(E) Como não houve conduta omissiva direta do Sr. Olavo e o dano foi causado por ato autônomo do animal, o risco da atividade é afastado, não se configurando responsabilidade objetiva.

5. (FGV - 2025)

Em 2015, Marcelo, registrador do Zº Ofício, dolosamente, procedeu a falsa averbação na matrícula de um imóvel. Os fatos só foram descobertos em 2017, quando Marcelo já havia sido exonerado da delegação que passou, por concurso público, a Altair.

Nesse caso, a responsabilidade civil pelo ilícito recai:

(A) direta e objetivamente sobre Marcelo;

(B) primariamente sobre o Estado, de maneira objetiva; e, em regresso, exclusivamente sobre Marcelo, subjetivamente;

(C) direta e exclusivamente sobre o Estado, de maneira objetiva, considerada a impossibilidade de regresso quanto ao atual titular da serventia Altair;

(D) primariamente sobre o Estado, de maneira objetiva; e, em regresso, sobre o atual titular da serventia Altair, subjetivamente por eventual culpa ou dolo em não retificar o registro iníquo;

(E) direta e objetivamente sobre Marcelo e, considerando a sucessão no tabelionato que não tem personalidade jurídica própria, também sobre Altair, subjetivamente por eventual culpa ou dolo em não retificar o registro iníquo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - 2024)

O Capítulo V da Constituição Federal dispõe sobre a Comunicação Social e, no que diz respeito às concessões para o funcionamento de empresas de radiodifusão, estabelece que

- (A) a propriedade de empresa de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos, sendo vedada a propriedade de estrangeiros e naturalizados.
- (B) a não renovação de uma concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois terços do Congresso Nacional, em votação secreta.
- (C) o prazo da concessão ou permissão será de cinco anos para as emissoras de rádio e de dez para as de televisão.
- (D) o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.
- (E) compete ao Poder Legislativo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com prioridade para empresas estatais.

2. (FGV - 2023)

O Supremo Tribunal Federal apresenta robusta jurisprudência acerca da liberdade jornalística e da atividade da imprensa.

Nesse sentido, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A liberdade de Informação jornalística não legitima a utilização de informações sigilosas obtidas por meios ilícitos.

() No campo da profissão de jornalista, não há espaço para a regulação estatal quanto às qualificações profissionais. O Art. 5º, IV, IX, XIV, e o Art. 220 não autorizam o controle, por parte do Estado, quanto ao acesso e exercício da profissão de jornalista. Qualquer tipo de controle desse tipo, que interfira na liberdade profissional no momento do próprio acesso à atividade jornalística, configura

controle prévio que, em verdade, caracteriza censura prévia das liberdades de expressão e de Informação.

() As críticas que os meios de comunicação social possam dirigir as pessoas públicas deverão ser limitadas e ponderadas conforme o cargo ocupado por elas.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - V - F.
- (B) F - V - V.
- (C) V - F - F.
- (D) V - V - V.
- (E) V - F - V.

3. (FGV - 2024)

Nos termos do § 3º do Art. 31 da Constituição da República de 1988, “§ 3º *As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei*”.

A partir da interpretação da parte destacada do preceito constitucional, obtém-se uma norma de eficácia

- (A) restringível.
- (B) legítima.
- (C) limitada.
- (D) contida.
- (E) plena.

4. (FGV - 2024)

Nos termos do Art. 125, § 3º, da Constituição da República, *a lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída em primeiro grau, pelos juizes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.*

À luz da classificação das normas constitucionais, é **correto** afirmar que, a partir da interpretação do referido dispositivo, é obtida uma norma constitucional de eficácia

AMOSTRA

- (A) plena e de aplicabilidade imediata.
- (B) reduzida e de aplicabilidade direta.
- (C) limitada e de princípio institutivo.
- (D) contida e de aplicabilidade não integral.
- (E) limitada e de princípio programático.

5. (FGV - 2023)

O poder constituinte derivado reformador promulgou emenda à Constituição, inserindo um novo direito fundamental na CRFB/88. No caso, trata-se de norma de eficácia limitada, necessitando, portanto, de lei regulamentadora a ser produzida pelo Congresso Nacional.

Em razão da total inércia do Poder Legislativo, tendo decorrido quatro anos desde a referida emenda, uma associação de classe legalmente constituída e em funcionamento há mais de 10 anos, cujo estatuto prevê a possibilidade de atuar judicial e extrajudicialmente no interesse de seus associados, que não estariam sendo contemplados em razão da referida inércia, procura você, como advogado(a).

Com base no sistema jurídico-constitucional brasileiro, você, como advogado(a), informa, corretamente, que a fruição dos direitos pelos associados

- (A) somente poderá ser alcançada com a impetração de Mandado de Injunção por iniciativa individual de cada um dos associados, em seus próprios nomes, junto ao Supremo Tribunal Federal.
- (B) poderá ser alcançada com a impetração de Mandado de Injunção Coletivo pela referida Associação, em seu próprio nome, junto ao Supremo Tribunal Federal.
- (C) somente será alcançada após o Congresso Nacional produzir a lei regulamentadora referente à norma constitucional de eficácia limitada.
- (D) será possível com o ajuizamento de uma Ação Civil Pública, que tenha como pedido a exigência de que o Congresso Nacional produza, imediatamente, a lei regulamentadora.

6. (FGV - 2024)

Lucca nasceu no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade alemã, aqui residiam e trabalham na embaixada da Itália. Cerca de três anos após o nascimento, Lucca e sua família passaram a morar na Itália.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição

- (A) é estrangeiro, pois seus pais são estrangeiros.
- (B) é brasileiro nato, por ter nascido no território brasileiro.
- (C) é estrangeiro, pois seus pais se encontravam no território brasileiro a serviço de outro País.
- (D) pode se naturalizar brasileiro caso venha a residir por mais de 10 (dez) anos no território brasileiro;
- (E) será brasileiro nato, caso opte por essa nacionalidade ao completar 18 (dezoito) anos de idade.

7. (FGV - 2022)

A regra geral para se ocupar cargos públicos em nosso país é a de que a pessoa seja brasileira nata ou naturalizada. Contudo, alguns poucos cargos públicos são constitucionalmente reservados a brasileiros natos.

Segundo a Constituição Federal de 1988, assinale, entre os cargos listados abaixo, o único que é privativo de brasileiro nato.

- (A) Governador de Estado.
- (B) Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.
- (C) Ministro de Estado da Defesa.
- (D) Ministro do Superior Tribunal Militar.
- (E) Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

8. (FGV - 2024)

Em razão de diversos contratos celebrados, com outros entes federativos e com diversas sociedades empresárias, em montantes superiores à receita corrente líquida, a dívida pública do Município *Alfa* cresceu exponencialmente. Ao tomar conhecimento desse fato, o Presidente do Diretório Municipal do Partido Político Beta, de oposição ao Prefeito Municipal, solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de ser decretada intervenção estadual em *Alfa*.

- A assessoria esclareceu, corretamente, que
- (A) o não pagamento da dívida fundada, desde que por mais de dois anos exercícios consecutivos, permite a decretação da intervenção provocada.
 - (B) a assunção de obrigações em montante superior à receita corrente líquida permite o ajuizamento da ação direta interventiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FGV - 2025)

Determinado gestor teve grande dedicação na estruturação e correlata implementação de política pública direcionada à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que, a seu ver, deveria ser objeto de ampla divulgação, de modo a permitir a fruição dos respectivos benefícios pelos seus destinatários em potencial. Logo após o início da campanha publicitária, que teve caráter informativo, sem promoção pessoal, diversos setores da sociedade civil organizada a criticaram. Afinal, para ele, considerando a realização de eleições no ano subsequente, a campanha terminaria naturalmente por acarretar benefícios indiretos ao gestor, que já se apresentava nas redes sociais como pré-candidato.

Na situação descrita, é correto afirmar que a campanha publicitária:

- (A) não poderia ser realizada, por afrontar a moralidade administrativa;
- (B) não poderia ser realizada, por configurar publicidade de política pública;
- (C) poderia ser realizada, considerando o objetivo almejado com a sua realização;
- (D) não poderia ser realizada, por afrontar o princípio da impessoalidade;
- (E) poderia ser realizada, considerando a plena liberdade do gestor na definição dos objetivos a serem alcançados com a publicidade institucional.

2. (FGV - 2022)

A Secretaria de Segurança Pública do Estado Alfa deseja realizar campanha de caráter informativo e de orientação social relacionada à política pública de sua competência, mediante a instalação de outdoors pelo Estado.

De acordo com a Constituição da República, em tese, a publicidade pretendida é

- (A) viável, mas dela não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

(B) inviável, porque tal publicidade caracteriza promoção pessoal, ainda que não haja referência a nomes, símbolos ou imagens de autoridades ou servidores públicos.

(C) inviável, porque tal publicidade caracteriza promoção pessoal e conseqüentemente improbidade administrativa, independentemente do emprego de verba pública.

(D) viável, e dela poderá constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, desde que não haja verba pública envolvida.

(E) viável, e dela poderá constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, desde que haja prévia autorização do chefe do Poder Executivo.

3. (FGV - 2022)

O Estado Beta, por meio de emenda a sua Constituição, editou norma que estabelece:

“A divulgação feita por autoridade de ato, programa, obra ou serviço públicos de sua iniciativa, incluídos os decorrentes de emendas à lei orçamentária anual, não caracteriza promoção pessoal, quando atenda os critérios previstos em norma interna de cada poder”.

Em matéria de princípio da impessoalidade, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a norma editada é

(A) inconstitucional, por violar a norma da Constituição da República que dispõe que da publicidade de atos programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos não podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, sendo que tal dispositivo da Carta Magna não admite flexibilização por norma infraconstitucional ou regulamentar.

(B) inconstitucional, por violar a norma da Constituição da República que dispõe que da publicidade de atos programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos não podem

AMOSTRA

caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, sendo que tal dispositivo da Carta Magna admite flexibilização apenas por lei federal.

(C) constitucional, porque a Constituição da República dispõe que da publicidade de atos programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, exceto se restar comprovado efetivo benefício direto ao agente público envolvido.

(D) constitucional, porque a autonomia federativa de cada ente lhe permite regulamentar a norma da Constituição da República que dispõe que da publicidade de atos programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos não podem constar quaisquer nomes, símbolos ou imagens de autoridades ou servidores públicos.

(E) constitucional, porque a Constituição da República dispõe que da publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, exceto se restar comprovado benefício eleitoral ou patrimonial ao agente público envolvido.

4. (FGV - 2021)

O tratamento igualitário e a prestação de contas à população são considerados fundamentais nos atos da administração pública, derivando, respectivamente, dos princípios

- (A) da legalidade e da constitucionalidade.
- (B) da impessoalidade e da publicidade.
- (C) da moralidade e da eficiência.
- (D) da veracidade e da relevância.
- (E) da transparência e da regularidade.

5. (FGV - 2021)

Após a convocação dos aprovados no concurso público da Prefeitura de Paulínia, é realizado um curso de formação para preparar os novos servidores no qual são apresentados os princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública e o administrador público (Artigo 37 da Constituição Federal).

Assinale a opção que apresenta um dos princípios que norteiam a Administração Pública.

- (A) Impessoalidade

- (B) Licitação
- (C) Especificidade
- (D) Probidade
- (E) Modicidade

6. (FGV - 2025)

Ismar Viana destaca que é necessário "...afastar das atividades de controle o agente a quem é atribuído o mister de executar outras funções, tendo em vista que, no regular exercício da função de controle, quem controla não deve executar, quem executa não deve controlar." (2019, p.12)

O princípio da atividade de controle da Administração Pública a que se refere o autor é o

- (A) da probidade.
- (B) da objetividade.
- (C) da impessoalidade.
- (D) da segregação de funções.
- (E) do ceticismo profissional.

7. (FGV - 2023)

A sociedade empresária XYZ atua no ramo da extração de matéria-prima, dispondo de, aproximadamente, dois mil colaboradores diretos e indiretos. Na primeira fiscalização realizada pela Administração Pública, verificando a ocorrência de danos ao meio ambiente, em razão da atividade empresarial, determinou-se a interdição de todos os estabelecimentos comerciais da entidade.

Nesse cenário, a atuação da Administração Pública é contrária ao princípio da:

- (A) razoabilidade, em razão do subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito;
- (B) juridicidade, em razão da necessidade de manifestação do Poder Judiciário;
- (C) proporcionalidade, em especial ao subprincípio da idoneidade;
- (D) proporcionalidade, em especial ao subprincípio da adequação;
- (E) proporcionalidade, em especial ao subprincípio da exigibilidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. (FGV - 2022)

Relacione os tipos de tributos às suas respectivas explicações.

1. Impostos
2. Taxas
3. Contribuições de melhoria

() têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

() têm como fato gerador a valorização imobiliária frente à existência de melhoria em imóvel determinado. () têm por fato gerador uma situação independente de atividade estatal específica relativa ao contribuinte.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 3 – 1 – 2.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 2 – 3 – 1.
- (E) 3 – 2 – 1.

2. (FGV - 2024)

O Supremo Tribunal Federal – STF analisou, em diversas oportunidades, a extensão da imunidade tributária recíproca.

De acordo com a CRFB/88 e o entendimento do STF, não pode(m) gozar da imunidade tributária recíproca

- (A) as empresas públicas delegatárias de serviço público essencial, quando cobram tarifa como contraprestação do serviço, ainda que não distribua lucros a acionistas privados nem ofereça risco ao equilíbrio concorrencial.
- (B) as pessoas jurídicas de direito público, em relação ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA incidente sobre os automóveis adquiridos mediante alienação fiduciária.
- (C) a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em relação aos serviços prestados em que não age em regime de monopólio.

(D) os conselhos de fiscalização profissional, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais.

(E) as sociedades de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores e que distribua lucros a investidores.

3. (FGV - 2024)

Uma organização religiosa, proprietária de seu local de culto (templo) no Município Alfa, precisou alugar uma sala comercial para funcionamento de seu escritório administrativo.

No contrato de locação, está dito que o valor do IPTU incidente sobre o imóvel será reembolsado pelo locatário ao locador. A organização religiosa, por entender que era imune, entregou ao locador todos os documentos comprobatórios de sua imunidade e pediu que ele requeresse junto à Fazenda Municipal, o reconhecimento da imunidade de IPTU da sala comercial, enquanto o imóvel estivesse alugado para ela. O pedido administrativo foi negado pelo Fisco municipal.

Sobre a decisão do Fisco municipal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Agiu corretamente, uma vez que o imóvel alugado é de propriedade da pessoa física, que não é entidade imune.
- (B) Agiu corretamente, uma vez que o imóvel alugado não está sendo usado como templo, mas sim como escritório administrativo da organização religiosa.
- (C) Agiu incorretamente, já que as entidades imunes, quando são possuidoras a qualquer título por locação, fazem jus à imunidade tributária de IPTU.
- (D) Agiu incorretamente, já que, embora a organização religiosa não seja contribuinte de direito, faz jus a não incidência de IPTU sobre imóvel locado usado para suas finalidades essenciais.

4. (FGV - 2024)

A Igreja Renovação adquiriu três imóveis, um ao lado do outro no município Alfa. No imóvel do meio destinou para a realização de seus cultos, e nos imóveis ao lado, resolveu alugar para terceiros, e reverter os proventos dos aluguéis para as atividades da Igreja. O imóvel da direita foi alugado por uma lanchonete e o imóvel da esquerda foi alugado por uma livraria. No ano seguinte, a Igreja Renovação recebeu três cobranças tributárias do Município Alfa: a primeira e a segunda referentes à cobrança de IPTU sobre as áreas destinadas à lanchonete, e à livraria, respectivamente, e a terceira referente à taxa de coleta de lixo domiciliar do imóvel do meio.

Sobre essas cobranças é correto afirmar que

(A) as três cobranças são inválidas, em virtude do princípio constitucional da imunidade dos templos de qualquer culto.

(B) as duas cobranças de IPTU são válidas, visto que os imóveis apesar de pertencerem à Igreja Renovação, não são os locais do culto, e por isso não são abrangidos pelo princípio constitucional da imunidade dos templos de qualquer culto. Já a taxa é inválida, pois refere-se ao imóvel do meio, ou seja, o local onde ocorrem os cultos.

(C) as duas cobranças de IPTU são inválidas, em virtude do princípio constitucional da imunidade dos templos de qualquer culto, que são estendidas aos imóveis alugados a terceiros, pois o valor dos aluguéis é aplicado nas atividades fim da instituição. A taxa de coleta domiciliar de lixo é válida, visto que a imunidade se restringe apenas aos impostos.

(D) as três cobranças são válidas. Isso porque os imóveis apesar de pertencerem à Igreja Renovação, não são os locais do culto, e por isso não são abrangidos pelo princípio constitucional da imunidade dos templos de qualquer culto. E a taxa de coleta domiciliar é válida, visto que a imunidade se restringe apenas aos impostos.

(E) as três cobranças são inválidas, visto que a imunidade se restringe apenas aos impostos.

5. (FGV - 2024)

Uma entidade religiosa com sede e atuação em um município pernambucano foi notificada pela fazenda municipal sobre a lavratura de auto de infração. A fiscalização envolveu três imóveis. O primeiro foi um templo onde a entidade realiza suas atividades religiosas, localizado em um edifício alugado no Centro da cidade. O segundo referiu-se a uma chácara doada à entidade, que atualmente utiliza o local para tratamento de dependentes químicos, localizada em área urbana. O terceiro consistiu em um apartamento que faz parte do patrimônio da entidade e é destinado à residência de uma autoridade religiosa.

Diante dessa situação e com base na Constituição Federal de 1988, no Código Tributário Nacional e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o auto de infração pode ser legitimamente justificado com os seguintes fundamentos fáticos-jurídicos:

(A) não pagamento de IPTU em relação ao templo, dado que a entidade não é proprietária do imóvel;

(B) não pagamento de IPTU em relação ao apartamento, dado que o local não se destina à realização de atos religiosos;

(C) não exibição de documentos e papéis relativos a colaborador da entidade, quando a fiscalização busca averiguar o cumprimento de obrigações tributárias por terceiros;

(D) não pagamento de IPTU em relação à chácara, dado que o uso para tratamento de dependentes químicos não está vinculado às suas finalidades essenciais;

(E) não exibição, por conta da ausência de conservação, de livros obrigatórios relativos a fatos, cujos créditos tributários decorrentes estariam prescritos ao tempo da fiscalização.

6. (FGV - 2023)

Instituição financeira pública que atua em regime de livre concorrência, estruturada como empresa pública federal, foi surpreendida com a cobrança feita diretamente a ela, por parte do Município Alfa, de IPTU e de taxa de coleta domiciliar de lixo sobre imóvel de propriedade da União arrendado por tal empresa pública e onde se encontra sua sede nacional.

Acerca desse cenário, assinale a afirmativa correta.

DIREITO CIVIL

1. (FGV - 2020)

Christiana tem três filhas: Roberta, que tem quinze anos e é estudante; Marisa, que tem dezessete anos, mas já se sustenta com o trabalho que realiza como empregada de uma joalheria; e Virgínia, que tem vinte anos, mas ainda reside com a mãe, que a sustenta. A capacidade para exercer os atos da vida civil é atribuída a:

- (A) somente Virgínia;
- (B) somente Marisa;
- (C) somente Marisa e Virgínia;
- (D) somente Roberta e Virgínia;
- (E) Roberta, Marisa e Virgínia.

2. (FGV - 2022)

Justina, casada há 25 anos, substituiu, por ocasião do casamento civil com Eduardo, um dos seus patronímicos pelo do marido.

Ocorre que o sobrenome adotado passou a ser o protagonista de seu nome civil, em prejuízo do patronímico de solteira, o que passou a lhe causar intenso sofrimento, uma vez que sempre fora conhecida pelo sobrenome de seu pai. Tal fato lhe trouxe danos psicológicos, especialmente agora que os últimos familiares que ainda usam o seu sobrenome familiar encontram-se gravemente doentes. Por essas razões, Justina requereu a modificação do seu patronímico, ainda durante a constância da sociedade conjugal, de forma a voltar a utilizar o sobrenome da sua família.

O pedido deve ser julgado:

- (A) improcedente, em virtude do princípio da inalterabilidade do nome ser considerado absoluto na constância da sociedade conjugal;
- (B) procedente, pois a autonomia privada é uma das exceções à inalterabilidade do nome previstas na Lei de Registros Públicos;
- (C) procedente, pela interpretação histórico-evolutiva da inalterabilidade, da preservação da herança familiar, da autonomia privada e da ausência de prejuízo a terceiros;

(D) improcedente, em razão da modificação do nome civil ser qualificada como excepcional, tendo em vista a consideração à segurança de terceiros;

(E) improcedente, em virtude da proteção à estabilidade do vínculo conjugal e aos interesses do outro cônjuge, ao menos durante a constância da sociedade conjugal.

3. (FGV - 2025)

Assinale a alternativa correta:

- (A) A morte presumida e a ausência têm efeitos patrimoniais, mas não pessoais.
- (B) Durante a fase de sucessão provisória do ausente, seus imóveis são inalienáveis, salvo por ordem judicial, ou desapropriação.
- (C) A morte presumida é instituto aplicável apenas na pendência de guerra declarada, ou ainda no caso de ausência por mais de 20 anos.
- (D) A sentença que decreta a morte presumida fixará a data da morte, podendo omiti-la se não for possível estabelecer a data exata.
- (E) O ausente, ao ser assim declarado por sentença, será interditado para que seu patrimônio possa ser administrado por curador.

4. (FGV - 2024)

A sociedade empresária Barreira Sem Tech Ltda., com sede administrativa em Campinas, SP, possui filiais em diversas cidades brasileiras, incluindo Ribeirão Preto, Uberlândia, Campo Grande e Belo Horizonte. A sociedade empresária tem diversos contratos administrativos, entre eles, com o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Macaé.

A respeito do domicílio das pessoas jurídicas, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) O domicílio da sociedade empresária Barreira Sem Tech é necessariamente o município de Campinas, sede administrativa.
- (B) O Município de Macaé tem por domicílio a residência oficial do Prefeito.

AMOSTRA

(C) A pessoa jurídica, com diversos estabelecimentos, terá como domicílio legal o local do primeiro estabelecimento registrado.

(D) O Código Civil fixa a capital como domicílio do Estado-membro da federação brasileira.

(E) O domicílio da pessoa jurídica de direito privado é a sede do órgão competente para o registro do ato constitutivo.

5. (FGV - 2024)

Lucas é um empresário brasileiro que possui empresas em três cidades diferentes: São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Tem residência habitual com sua família em São Paulo, mas viaja constantemente entre essas cidades para tratar de assuntos empresariais, passando longos períodos em Brasília, local da sede administrativa de sua principal empresa e onde possui também residência. Recentemente, Lucas foi citado em uma ação indenizatória, promovida por Pedro, em razão de um acidente de trânsito ocorrido em Brasília. Lucas foi citado em Brasília, mas entende que há um equívoco, pois considera que seu domicílio é em São Paulo, onde reside sua família.

Diante da situação hipotética e considerando a legislação brasileira, é correto afirmar que

(A) Lucas tem domicílio necessário em Brasília, pois é o local da sede de sua empresa.

(B) o domicílio de Lucas pode ser tanto São Paulo quanto Brasília, pois o ordenamento jurídico brasileiro admite a pluralidade de domicílios.

(C) o domicílio de Lucas é exclusivamente São Paulo, pois é o local no qual reside com ânimo definitivo e com sua família.

(D) o domicílio de Lucas é o local onde está registrada sua empresa principal, independentemente de onde ele reside pessoalmente ou onde passa a maior parte de seu tempo.

(E) Lucas possui domicílio geral em São Paulo e domicílio especial em Brasília, sendo esse último, para questões concernentes a sua atividade profissional.

6. (FGV - 2022)

Após ganhar uma soma em dinheiro inesperada, Ademir decidiu realizar uma reforma completa na sua casa. Em primeiro lugar, plantou uma cerca-viva nos limites do terreno, para aumentar sua

plantas na entrada da casa. Em seguida, mandou construir uma piscina no quintal. Por fim, retirou cuidadosamente todas as telhas que revestiam o telhado da casa, descartou as que estavam quebradas e armazenou as demais provisoriamente na garagem, para colocá-las de volta assim que acabar de reforçar a estrutura do telhado, o que está fazendo no momento.

À luz do direito civil brasileiro, é correto considerar como bens imóveis nesse caso, entre outros:

(A) a cerca-viva e as plantas nos vasos, mas não as telhas armazenadas;

(B) a piscina no quintal e as telhas quebradas, mas não as plantas nos vasos;

(C) a cerca-viva e as telhas armazenadas, mas não as telhas quebradas;

(D) a piscina no quintal e o terreno da casa, mas não as telhas armazenadas;

(E) o terreno da casa e as telhas quebradas, mas não a cerca-viva.

7. (FGV - 2024)

No âmbito do domínio público, existem relevantes ditames do Código Civil, delimitando o conceito e indicando a classificação dos bens públicos quanto à afetação pública.

Nesse contexto, assinale a opção que indica um exemplo de bem público, com a adequada classificação, pertencente à respectiva pessoa jurídica.

(A) A sede de uma prefeitura, que é bem de uso especial.

(B) A sede de uma fundação, que é bem de uso dominical.

(C) A sede de uma autarquia, que é bem de uso comum do povo.

(D) A sede de uma assembleia legislativa, que é bem dominical.

(E) A sede de uma empresa pública, que é bem de uso especial.

8. (FGV - 2024)

O Art. 99 do Código Civil classifica os bens públicos em uso comum, uso especial e dominicais.

Assinale a opção que apresenta exemplos desses bens nessa ordem.

(A) Praças, prédios de Prefeituras Municipais e terras devolutas.

(B) Praças, terras devolutas e prédios de



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FGV - 2025)

Pedro e Antônio celebraram contrato de compra e venda de coisa móvel. No curso do pagamento parcelado, instaurou-se uma divergência entre ambos em relação ao índice a ser utilizado como critério de atualização monetária das respectivas parcelas. Com o objetivo de conferir maior celeridade à solução dessa divergência, bem como diminuir os respectivos custos, decidiram se submeter à mediação no plano de uma serventia extrajudicial.

Após analisar o Provimento nº 149/2023 da Corregedoria Nacional de Justiça, concluíram, corretamente, que:

- (A) somente os serviços notariais estão autorizados a realizar esse procedimento;
- (B) o curso de formação que os mediadores devem frequentar deve ser oficial, organizado pelo Poder Judiciário do respectivo nível federativo;
- (C) os mediadores autorizados a prestar o serviço deverão, a cada dois anos, contados da autorização, comprovar a realização de curso de aperfeiçoamento na área;
- (D) somente os serviços de registro estão autorizados a realizar esse procedimento, desde que constem de listagem pública da Corregedoria-Geral de Justiça a que estão vinculados;
- (E) notários e registradores não poderão prestar serviços profissionais relacionados com suas atribuições às partes envolvidas em sessão de conciliação ou de mediação de sua responsabilidade.

2. (FGV - 2025)

O Provimento nº 149/2023 da Corregedoria Nacional de Justiça instituiu o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro. Nesse contexto, o Capítulo II do texto normativo afirma que os procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Provimento nº 149/2023 da Corregedoria Nacional de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

I. Os procedimentos de conciliação e de mediação serão fiscalizados pela Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ) e pelo juiz coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da jurisdição a que estejam vinculados os serviços notariais e de registro.

II. O Nupemec (Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos) manterá cadastro de conciliadores e mediadores habilitados, do qual deverão constar dados relevantes de atuação, tais como o número de causas de que participou, o sucesso ou insucesso da atividade, a matéria sobre a qual versou a controvérsia, além de outras informações que julgar relevantes.

III. Os dados colhidos serão classificados sistematicamente pelo Nupemec (Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos), que os publicará, ao menos anualmente, para conhecimento da população e para fins estatísticos e de avaliação da conciliação e da mediação pelos serviços notariais e de registro e de seus conciliadores e mediadores.

Nesse cenário, considerando as disposições do Provimento nº 149/2023 da Corregedoria Nacional de Justiça, está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) III, apenas;
- (D) I e III, apenas;
- (E) I, II e III.

AMOSTRA

3. (FGV - 2025)

João, delegatário de uma serventia extrajudicial, foi instado pelo órgão competente a apresentar os resultados obtidos a partir do mapeamento de dados da serventia, em conformidade com os balizamentos estabelecidos pela Corregedoria Nacional de Justiça. Considerando o teor dos referidos balizamentos, João concluiu corretamente que o mapeamento:

- (A) deve identificar o ciclo de vida dos dados pessoais no âmbito da serventia;
- (B) reflete um juízo de valor realizado a partir do inventário de dados pessoais;
- (C) deve considerar os dados pessoais em estado puro, à margem das operações de tratamento;
- (D) subsidia a solicitação de que a Corregedoria Geral da Justiça conduza a avaliação das vulnerabilidades (gap assessment) detectadas;
- (E) deve ser encaminhado, em tempo real, ao sistema eletrônico da Corregedoria Geral da Justiça e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

4. (FGV - 2025)

João, particular, e Maria, servidora pública federal, residentes na circunscrição territorial X, do Estado Alfa, compareceram perante o tabelião de notas da circunscrição Y, situada no mesmo ente federativo, e solicitaram a elaboração de escritura de compra e venda de um imóvel. Esse imóvel, pela sua dimensão e localização, teria, ao ver do tabelião, valor máximo de 200 mil reais. No entanto, tanto João, comprador, como Maria, vendedora, definiram que o valor da compra era de 2 milhões de reais, o que levantou a suspeita de que o negócio jurídico estaria associado a uma hipótese de lavagem de dinheiro.

Na situação descrita, consoante o Código de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça, é correto afirmar que o notário deve:

- (A) suscitar dúvida perante o juízo competente;
- (B) negar-se a elaborar a escritura pública de compra e venda;
- (C) informar o negócio jurídico ao órgão competente por meio do sistema de controle de atividades financeiras;

(D) solicitar que os celebrantes do negócio jurídico apresentem laudo subscrito por profissional habilitado, subsidiando o valor atribuído ao imóvel;

(E) comunicar à Corregedoria Geral da Justiça, por meio de formulário eletrônico, para que avalie a conveniência de comunicar à unidade de inteligência financeira.

5. (FGV - 2025)

Maria, residente em uma pequena cidade do interior do Estado Delta, concluiu o ensino médio em uma escola particular. Pouco tempo depois, sua família decidiu sair do território brasileiro e se mudar para o exterior, o que a levou a reunir o seu histórico escolar e o certificado de conclusão com o objetivo de poder cursar uma faculdade no país de destino. Como esse país é signatário da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (Convenção da Apostila), Maria foi informada sobre a necessidade de emissão de uma apostila, o que a levou a comparecer perante o Tabelionato de Notas da circunscrição de sua residência. Nessa ocasião, foi-lhe corretamente informado que o apostilamento:

- (A) pode ter por objeto apenas documentos públicos, o que não é o caso;
- (B) é realizado de modo facultativo pelos serviços de notas do interior;
- (C) é realizado diretamente junto ao Conselho Nacional de Justiça, por meio de sistema próprio;
- (D) é realizado apenas pelos serviços escolhidos pela Corregedoria Geral da Justiça, com base em critérios demográficos e georreferenciados;
- (E) é realizado de modo obrigatório por todos os serviços de notas e de registro, mas é possível a dispensa se forem expostos motivos justificados, devidamente acolhidos.

DIREITO PENAL

1. (FGV - 2021)

Quanto ao “tempo do crime”, o Código Penal brasileiro adota a teoria:

- (A) da atividade;
- (B) do resultado;
- (C) da ubiquidade;
- (D) da consumação;
- (E) do efeito.

2. (FGV - 2022)

Dentro dos critérios de solução do conflito aparente de normas, é correto afirmar que o princípio da:

- (A) subsidiariedade é presidido por mera análise lógica respeitante aos elementos constitutivos dos tipos penais decorrentes;
- (B) subsidiariedade estabelece que a incidência da norma principal, que tem uma sanção mais grave, afasta a incidência da norma subsidiária;
- (C) subsidiariedade é presidido por mera análise lógica referente a em que medida haveria uma relação de gênero e espécie essencialmente formal;
- (D) especialidade tem uma estrutura lógica de interferência, exigindo um juízo de valor do fato em relação às normas;
- (E) especialidade tem uma estrutura lógica de interferência, não de subordinação, exigindo uma verificação em concreto.

3. (FGV - 2025)

Waldir, cidadão brasileiro, depois de anos de poupança, conseguiu realizar o sonho de infância e comprou um pacote de viagem para conhecer a cidade de Orlando, nos EUA.

Como nunca havia viajado em avião, Waldir irritou-se com as condições precárias disponibilizadas na classe econômica da aeronave privada registrada sob bandeira brasileira e desistiu da viagem durante o voo, exigindo, aos gritos, o imediato retorno ao aeroporto de origem.

Ao ser advertido pela tripulação, Waldir agrediu fisicamente o comissário de bordo, de nacionalidade brasileira, causando-lhe lesão corporal grave, quando o avião já sobrevoava território estrangeiro.

Sobre essa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) O fato está incondicionalmente sujeito à legislação brasileira, tendo em vista a nacionalidade do autor e da vítima do delito.
- (B) O fato está sujeito, simultaneamente, à legislação brasileira e à legislação estrangeira, sendo aplicável a teoria da ubiquidade quanto ao tempo do delito.
- (C) O fato está sujeito exclusivamente à legislação estrangeira, haja vista que a aeronave privada estava em território estrangeiro quando ocorreu a prática do delito.
- (D) O fato estará sujeito à legislação brasileira, caso não seja julgado no país estrangeiro em cujo território se encontrava a aeronave no momento da prática do delito.

4. (FGV - 2023)

Caio caminha pelas ruas de um Estado estrangeiro quando é surpreendido por Tício, brasileiro, que lhe desfere diversas ofensas, incluindo uma “cusparada” no rosto. O delito de injúria real é fato típico e ilícito em ambos os países.

A respeito do caso relatado, é **correto** afirmar que

- (A) se Caio também for brasileiro, caberá a aplicação da lei brasileira aos fatos ocorridos no exterior. A ação penal será pública incondicionada, por se tratar de injúria real.
- (B) a lei brasileira é aplicável ao caso, desde que Tício retorne ao Brasil, independentemente de ter havido, ou não, persecução penal na origem.
- (C) ainda que Tício retorne ao Brasil, a lei brasileira não é aplicável ao caso, por se tratar de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira.

AMOSTRA

(D) se o fato tivesse ocorrido no Brasil, envolvendo estrangeiros, o Brasil não poderia reconhecer a aplicação da lei penal estrangeira ao fato ocorrido em território nacional.

(E) a hipótese é de extraterritorialidade condicionada, bastando que Tício retorne ao Brasil e que Caio ajuíze a competente queixa-crime para que haja a aplicação da lei penal brasileira.

5. (FGV - 2024)

Bianca é acordada de madrugada por ruídos provenientes do quarto de sua filha de 12 anos de idade. Deslocando-se ao cômodo de onde proviham os ruídos, surpreende a menor tendo relações sexuais com o padrasto. Após assistir ao fato por alguns segundos, sem tomar qualquer medida em relação ao que presenciava, a mãe retorna para sua cama.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Bianca:

- (A) deverá responder pelo crime de omissão de socorro;
- (B) deverá responder pelo crime de estupro de vulnerável, sem a incidência de qualquer causa de aumento de pena;
- (C) deverá responder pelo crime de estupro de vulnerável, com a incidência da causa de aumento de pena decorrente do concurso de pessoas;
- (D) não deverá responder por crime algum, pois não concorreu para o estupro de vulnerável cometido pelo padrasto da vítima;
- (E) deverá responder pelo crime de estupro de vulnerável, com a incidência da causa de aumento de pena decorrente de ser genitora da vítima.

6. (FGV - 2024)

De acordo com a vigente legislação penal, no que diz respeito à desistência voluntária, é correto afirmar que

- (A) O agente responde apenas por culpa quanto aos atos já praticados, se prevista em lei tal hipótese.
- (B) O agente empreende apenas os atos da fase de preparação e desiste antes de ingressar na fase da execução do crime.
- (C) O agente desiste de prosseguir na execução do crime por sua própria deliberação, mesmo que não espontânea.

(D) O agente não prossegue além da fase de exaurimento da conduta criminosa.

(E) O agente empreende todos os atos da fase de consumação do crime, mas impede a produção do resultado.

7. (FGV - 2021)

Durante evento na loja de uma operadora de telefonia móvel, Tereza, aproveitando-se da distração dos funcionários, subtraiu para si um aparelho celular. Ao chegar em casa, sua mãe descobriu o fato e a convenceu a comparecer à delegacia para devolver o aparelho subtraído, o que foi por ela feito no dia seguinte.

Diante dos fatos narrados, a conduta de Tereza configura:

- (A) furto na forma tentada, pois houve arrependimento eficaz;
- (B) furto na forma tentada, pois houve desistência voluntária;
- (C) atipicidade, em razão do arrependimento eficaz;
- (D) furto na forma consumada, com a causa de diminuição pelo arrependimento posterior;
- (E) furto na forma consumada, sem causa de diminuição de pena, pois a restituição da coisa não se deu de maneira espontânea.

8. (FGV - 2023)

Guilherme, com a intenção de socorrer seu filho, Rodrigo, utiliza, sem consentimento, o carro de seu vizinho, Douglas, para levar Rodrigo ao hospital.

A ação de Guilherme é considerada:

- (A) criminosa em qualquer hipótese;
- (B) lícita, acobertada pelo exercício regular de um direito;
- (C) lícita, acobertada pela excludente do estado de necessidade agressivo;
- (D) criminosa, se não houver a devolução dos valores equivalentes ao consumo do combustível do veículo;
- (E) lícita, acobertada pela excludente da legítima defesa de terceiros.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (FGV - 2024)

“Devido à disputa entre as autoridades do Rio de Janeiro e de Vila Rica pela competência para julgar os sediciosos, a rainha, D. Maria I, determinou, através da Carta Régia de 17.07.1790, a composição de uma Alçada, na qual Desembargadores de Lisboa eram os responsáveis pelo julgamento. Após a oitiva dos vinte e nove réus, seguiu-se o prazo de cinco dias para defesa.

Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus à morte (na prática dez, porque Cláudio Manuel da Costa se “suicidara” no cárcere), e outros participantes receberam penas menores como açoites e o degredo eterno.”

(A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito. Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Val, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e por Carine Kely Rocha Viana, sob a supervisão do Superintendente, Desembargador Hélio Costa. Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 59, nº 187, p. 13-18, out./dez. 2008)

Sobre os sistemas processuais penais e os princípios do processo penal no âmbito do processo mencionado pelo texto (julgamento de Tiradentes), é **correto** afirmar que o sistema processual então vigente apresentava traços mais característicos do sistema

- (A) inquisitivo, e o princípio do juiz natural não foi observado, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (B) acusatório, e o princípio da ampla defesa não foi observado, o que se pode inferir do texto apresentado.
- (C) misto, e os princípios fundamentais do processo penal foram observados, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (D) inquisitivo, e não é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.

(E) acusatório, e é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.

2. (FGV - 2024)

Acerca dos princípios gerais e constitucionais do processo penal, avalie as afirmativas a seguir:

I.O princípio do duplo grau de jurisdição permite a revisão irrestrita do mérito de qualquer decisão judicial condenatória, independentemente do órgão prolator.

II.O princípio da ampla defesa tem como corolário a indisponibilidade da defesa técnica no processo penal, ainda que o réu eventualmente deseje abdicar dessa prerrogativa.

III.O princípio da publicidade impõe que todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, não sendo admissível qualquer limitação legal ao direito coletivo de informação.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

3. (FGV - 2022)

Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, o “poder geral de cautela”:

- (A) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito às cautelares pessoais que, de alguma forma, restrinjam o direito de ir e vir da pessoa;
- (B) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há incidência do princípio do procedimento tipificado;
- (C) pode ser aplicado ao processo penal, não havendo restrição a ele, pois há incidência da teoria dos poderes implícitos, capacitando o juiz criminal a atuar de forma livre;
- (D) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há proibição decorrente do princípio do nemo tenetur se detegere e da vedação à analogia *in malam partem*;

AMOSTRA

(E) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito ao procedimento probatório que, de alguma forma, afete o direito de defesa.

4. (FGV - 2022)

No Brasil, o princípio da proibição da dupla persecução penal ou da vedação à dupla incriminação:

- (A) tem expressa previsão na Constituição da República de 1988;
- (B) não tem previsão normativa, o que impede sua aplicação;
- (C) tem expressa previsão no Código de Processo Penal;
- (D) não tem previsão normativa, decorrendo implicitamente da Constituição da República de 1988;
- (E) tem expressa previsão na legislação processual penal extravagante.

5. (FGV - 2022)

Como corolário do princípio do contraditório, é correto afirmar que

- (A) medidas investigativas que representem grave intervenção em direitos fundamentais dependem de decisão judicial.
- (B) o Ministério Público deve ser intimado de um documento novo juntado aos autos pela defesa.
- (C) o réu tem o direito de permanecer em silêncio em seu interrogatório judicial.
- (D) o defensor tem o dever de pedir a absolvição do réu em suas alegações finais.
- (E) o processo deve ser suspenso se o réu mudar de endereço e não puder mais ser encontrado para ser intimado.

6. (FGV - 2025)

Bernardo agrediu Carolina, sua ex-companheira, causando-lhe lesões corporais leves, em razão de a vítima ser mulher. O delito em questão é apenado com reclusão de dois a cinco anos.

Na qualidade de advogado(a) de Carolina, cabe notar que,

- (A) apesar do término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são aplicáveis; ademais, não é cabível o Acordo de Não Persecução Penal, não havendo medida

(B) devido ao término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não são aplicáveis, mas Bernardo não pode se beneficiar de sursis processual ante a quantidade de pena abstratamente cominada ao delito.

(C) apesar do término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são aplicáveis, de forma a se admitir a retratação da representação de Carolina, antes do recebimento da denúncia, em audiência especialmente designada para tal fim.

(D) devido ao término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não são aplicáveis, de modo que Bernardo pode se beneficiar de sursis processual.

7. (FGV - 2025)

Carlos atira em Ian, com *animus necandi*, mas não consegue atingi-lo.

Instaurado o inquérito policial, para apurar a tentativa incruenta, sua tramitação vem sendo acompanhada por Ian, por meio de advogado contratado para tanto. Os autos do inquérito policial encontram-se paralisados no Ministério Público por seis meses.

Diante disso, o advogado de Ian:

- (A) pode requerer ao delegado de polícia que indicie Carlos;
- (B) pode requerer ao juiz de garantias que denuncie Carlos;
- (C) pode oferecer denúncia contra Carlos, pois o Ministério Público está inerte;
- (D) pode oferecer queixa contra Carlos, pois o Ministério Público está inerte;
- (E) nada pode fazer, pois o homicídio desafia ação penal pública incondicionada.

8. (FGV - 2025)

Valentino, contumaz agressor de sua esposa Adélia, foi indiciado pela prática do crime de lesão corporal contra ela. Valentino é primário e está empregado no distrito da culpa. Além disso, confessou os fatos em sede policial e se disse arrependido do ocorrido.

A Autoridade Policial representou no sentido da decretação de medida protetiva de urgência em desfavor de Valentino, tendo o Ministério Público

DIREITO EMPRESARIAL

1. (FGV - 2025)

Francisco Morato tem domicílio em Cidade Ocidental/GO e pretende ser empresário individual em Brasília/DF. Se o negócio der certo, Francisco Morato pretende abrir duas filiais, uma em Unai/MG e, outra, em Natividade/TO.

Considerando-se as normas do Código Civil para a inscrição do empresário e da instituição de filiais, é correto afirmar que Francisco Morato devesse realizar sua inscrição como empresário na Junta Comercial do

(A) Estado de Goiás, tendo como referência a cidade do seu domicílio, Cidade Ocidental, e, com relação as filiais, nas Juntas Comerciais dos Estados de Minas Gerais e do Tocantins, sem necessidade de averbação da constituído das filiais na Junta Comercial do Estado de Goiás.

(B) Distrito Federal, tendo como referência a sede da sociedade empresaria, Brasília, e, com relação as filiais, nas Juntas Comerciais dos Estados de Minas Gerais e do Tocantins, com averbação da constituição das filiais na Junta Comercial do Distrito Federal.

(C) Estado de Goiás, tendo como referência a cidade do seu domicílio, Cidade Ocidental, e, com relação às filiais, na mesma Junta Comercial, por ser o lugar do seu domicílio.

(D) Distrito Federal, tendo como referência a sede da sociedade empresária, Brasília, e, com relação às filiais, na mesma Junta Comercial por ser o lugar da sede.

2. (FGV - 2024)

De acordo com o Código Civil e em relação à caracterização, inscrição e capacidade do empresário individual, analise as afirmativas a seguir.

I. A inscrição do empresário individual na Junta Comercial é uma exigência dispensável para sua caracterização.

II. Desde que haja prévia autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em

devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

III. Não se considera empresário, em qualquer situação, quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) III, apenas.

(E) I e III, apenas.

3. (FGV - 2024)

O Código Civil, ao tratar da caracterização do empresário, afasta desse instituto as pessoas naturais que exercem profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística. Todavia, o Código Civil admitiu a possibilidade de essas pessoas virem a ser reputadas empresárias e, como tal, sujeitarem-se à inscrição na Junta Comercial.

Assinale a opção que apresenta a condição para que isso ocorra.

(A) O exercício da profissão intelectual deve congrega emprego habitual de mão de obra e insumos.

(B) A pessoa natural deve exercer atividade econômica com o concurso de auxiliares ou colaboradores.

(C) O exercício da profissão, de natureza científica, literária ou artística, deve constituir elemento de empresa.

(D) A pessoa natural deve optar pelo Simples Nacional e ser enquadrada como Microempreendedor Individual.

4. (FGV - 2023)

O empresário individual Valério Pavão deseja alterar a forma de exercício da sociedade empresária, passando a admitir como sócios Jerônimo e Atílio, e mantendo a mesma atividade e localização de seu estabelecimento.

Sobre a mudança pretendida, assinale a opção que apresenta as ações que Valério Pavão deverá executar.

- (A) Dissolver sua empresa individual e, após o encerramento da liquidação, constituir uma sociedade com os sócios Jerônimo e Atílio.
- (B) Solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis a transformação de seu registro de empresário para registro de sociedade empresária.
- (C) Solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis o enquadramento de sua empresa como microempresa para, em seguida, requerer a transformação do registro para sociedade empresária.
- (D) Dissolver sua empresa individual e, no curso da liquidação e após o levantamento do balanço patrimonial, constituir uma sociedade com os sócios Jerônimo e Atílio.

5. (FGV - 2022)

A fisioterapeuta Alhandra Mogeiro tem um consultório em que realiza seus atendimentos mas atende, também, em domicílio. Doutora Alhandra não conta com auxiliares ou colaboradores, mas tem uma página na Internet exclusivamente para marcação de consultas e comunicação com seus clientes.

Com base nessas informações, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Não se trata de empresária individual em razão do exercício de profissão intelectual de natureza científica, haja ou não a atuação de colaboradores.
- (B) Trata-se de empresária individual em razão do exercício de profissão liberal e prestação de serviços com finalidade lucrativa.
- (C) Não se trata de empresária individual em razão de o exercício de profissão intelectual só configurar empresa com o concurso de colaboradores.

(D) Trata-se de empresária individual em razão do exercício de profissão intelectual com emprego de elemento de empresa pela manutenção da página na Internet.

6. (FGV - 2022)

Analise as seguintes afirmativas sobre o registro do empresário.

- I. O registro de empresário deve ser feito, antes do início de sua atividade, na Delegacia local do Departamento de Registro Empresarial e Integração.
- II. Ao empresário registrado é dispensável a inscrição de filial, sucursal ou agência situada em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis.
- III. Caso venha a admitir sócio(s), o empresário poderá solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis a transformação de seu registro de empresário para o de sociedade empresária, independentemente de dissolução da empresa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

7. (FGV - 2025)

Pedro e Vitória são casados desde 2005 no regime de comunhão parcial de bens e pretendem constituir sociedade simples com seus filhos Carlos e Conceição.

De acordo com as regras do Código Civil para a participação de pessoas casadas em sociedade, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) É possível a constituição de sociedade simples simultaneamente entre os cônjuges e seus filhos, tendo em vista não ser a sociedade empresária.
- (B) É defeso a constituição de sociedade simples simultaneamente entre os cônjuges e seus filhos, qualquer que seja o regime de bens do casamento.

CONHECIMENTOS GERAIS

1. (FGV - 2025)

A prática de recrutamento que, apesar de ser mais econômica e ágil em comparação às demais, pode comprometer a inovação e dificultar os processos de mudança na organização é conhecida como

- (A) recrutamento interno.
- (B) recrutamento externo.
- (C) recrutamento potencial.
- (D) recrutamento seletivo.
- (E) recrutamento por triagem.

2. (FGV - 2025)

O risco de limitar a inovação e reduzir a diversidade na cultura organizacional deve ser considerado quando uma empresa adota, como estratégia de recrutamento para preenchimento de vagas, o modelo

- (A) interno.
- (B) externo.
- (C) psicográfico.
- (D) por colocação.
- (E) por classificação.

3. (FGV - 2025)

Diógenes atua há vários anos no setor de marketing de uma empresa, onde se destacou na formulação de campanhas publicitárias e recebeu reconhecimento tanto da equipe quanto de seus superiores. Em razão dos resultados alcançados e do comprometimento demonstrado, foi recentemente promovido ao cargo de diretor de marketing, assumindo uma função de maior responsabilidade dentro da estrutura organizacional.

Considerando os conceitos relacionados aos tipos de recrutamento e movimentação, é correto afirmar que o caso descrito caracteriza um processo de recrutamento:

- (A) interno, com movimentação vertical.
- (B) interno, com movimentação horizontal.
- (C) externo, com movimentação funcional.
- (D) externo, com movimentação matricial.
- (E) misto, com movimentação diagonal.

4. (FGV - 2025)

O mercado de gestão humana compreende o conjunto de pessoas que possuem condições de trabalhar ou já se encontram empregadas, formando a base de oferta de talentos disponível às organizações. Esse mercado é composto por diferentes grupos de candidatos, que variam quanto ao vínculo e à busca ativa por oportunidades.

Com base nessa definição, é correto afirmar que

- (A) os candidatos reais são aqueles que não têm interesse em novas oportunidades, mesmo estando empregados.
- (B) o mercado de gestão humana restringe-se ao conjunto de pessoas já contratadas por empresas públicas e privadas.
- (C) os candidatos potenciais são aqueles que, embora não estejam buscando emprego, podem ser atraídos por novas oportunidades.
- (D) o mercado de gestão humana corresponde à parcela da população economicamente ativa que está desempregada.
- (E) os candidatos reais e potenciais compõem grupos distintos, mas ambos excluem profissionais atualmente empregados.

5. (FGV - 2024)

Ao verificar a necessidade de pessoal, a sociedade empresária deve, antes da contratação, conduzir um estudo para analisar qual o tipo de recrutamento que mais se adequa à sua estratégia.

Com base nisso, analise as afirmativas a seguir.

I. Apresenta-se como a solução ideal para cenários de estabilidade e pouca mudança ambiental.

II. Apesar de ser considerado rápido, tende a ser mais custoso que outros tipos de recrutamento.

III. Poder ter, como desvantagem, a redução da fidelidade dos funcionários da organização.

A respeito das características do processo de recrutamento interno, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.

AMOSTRA

(D) II e III, apenas.

6. (FGV - 2024)

Com relação aos possíveis procedimentos utilizados pelas organizações de recrutamento de talentos, assinale a afirmativa correta.

- (A) O recrutamento interno tem a vantagem de ser mais econômico.
- (B) O recrutamento externo tem a vantagem de ser um processo mais ágil.
- (C) O recrutamento interno tem a desvantagem de aumentar os riscos de incompatibilidade entre o funcionário e a empresa.
- (D) O recrutamento externo tem a desvantagem de dificultar a mudança e inovação da organização.
- (E) O recrutamento interno tem a desvantagem de reduzir a fidelização dos funcionários.

7. (FGV - 2024)

As organizações mantêm um fluxo contínuo e dinâmico de entrada e saída de pessoas em suas equipes, adaptando-se às flutuações do mercado e às mudanças internas e externas, alinhadas às suas estratégias corporativas em busca de novas oportunidades. O processo de recrutamento e seleção representa a porta de entrada da organização, acessível somente aos candidatos capazes de alinhar suas habilidades e competências pessoais aos requisitos e características exigidos por ela.

Assinale a opção que apresenta um fator de atratividade organizacional extrínseco.

- (A) Oferta de salário e benefícios.
- (B) Contínuo desenvolvimento profissional e de carreira na organização ou mesmo fora dela.
- (C) Employer branding - marca, imagem e reputação da empresa.
- (D) Nível de atendimento e retroação.
- (E) Quem indica.

8. (FGV - 2024)

O mercado de trabalho é altamente dinâmico, sujeito a mudanças constantes e transformações significativas ao longo do tempo. As características estruturais e conjunturais desse mercado exercem uma forte influência sobre as práticas de gestão de pessoas adotadas pelas organizações.

Assinale a opção que indica o impacto do mercado de trabalho em oferta sobre as práticas de gestão de pessoas das organizações.

(B) Ênfase no recrutamento interno para reter os funcionários atuais.

(C) Critérios de seleção mais rigorosos.

(D) Ênfase no recrutamento interno para melhorar o capital humano.

(E) Poucos investimentos em benefícios sociais.

9. (FGV - 2024)

Um determinado banco quer promover diversidade e alcançar os parâmetros da bolsa de valores brasileira (B3). Assim, a empresa pretende contratar no mercado novos integrantes para seu conselho de administração e diretoria estatutária, a fim de ampliar a composição dos assentos em termos de raça e gênero. Para tal, o banco decidiu que um consultor externo, especializado no setor, deverá identificar talentos do mercado que atendam aos critérios de diversidade e, ao mesmo tempo, possuam competências para o cargo. O banco não se importa que o processo envolva maior dispêndio financeiro, pois entende que este trará oxigenação aos quadros e foco no nível estratégico pretendido, por não serem vagas de amplo espectro. Considerando-se as características do processo e os resultados pretendidos, o recrutamento deve:

- (A) buscar progressões verticais de carreira;
- (B) consultar o dirigente máximo;
- (C) designar um headhunter;
- (D) postar a vaga em redes sociais;
- (E) realizar recrutamento misto.

10. (FGV - 2024)

O processo de recrutamento e seleção atua como a porta de entrada para a organização, permitindo a entrada apenas dos candidatos cujas habilidades e competências pessoais estão alinhadas com os requisitos e características exigidos.

Um fator de atratividade organizacional eventual é

- (A) a oferta de salário.
- (B) o Employer branding.
- (C) o poder da organização.
- (D) o quem indica.
- (E) a opinião pública.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

